

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº669
21 de março a
03 de abril de 2024
Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista



60 ANOS DO GOLPE

DIFERENTE DO QUE DISSE LULA É PRECISO NÃO ESQUECER!

Lula está fazendo um pacto reacionário com os militares, chamando a classe trabalhadora a não ter memória, permitindo a manutenção do entulho autoritário e do revisionismo histórico sobre a ditadura

Páginas 8 a 10



HAITI

Gangsterismo, miséria e crise da dominação capitalista

Páginas 14 e 15

MOVIMENTO

Operários da Avibras, Toyota e Gerdau lutam por empregos e direitos

Página 13

DROGAS

Congresso reacionário reage à decisão limitada do STF, e governo se acovarda

Páginas 4 e 5

páginadois

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Hoje discutir o aborto só por discutir o aborto é uma irresponsabilidade”



Cida Gonçalves, chefe do Ministério das Mulheres durante entrevista, no dia 18 de março. Quando a reportagem tentou focar no aborto a ministra ameaçou encerrar a entrevista.

NO BRASIL

Mortes por calor chegam a 48 mil casos

Em quase duas décadas, entre 2000 e 2018, o calor associado a doenças crônicas provocou 48.075 casos de mortes no país. Dentre elas, as doenças circulatórias ou respiratórias e o câncer são as causas de morte mais frequentes. A pesquisa, realizada pelo Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e publicada na revista científica norte-americana “Plos One”, ainda aponta que as ondas de calor no Brasil estão exacerbando desigualdades socioeconômicas. As taxas de mortalidade relacionadas ao calor foram maiores entre pessoas do sexo feminino, idosas, pretas ou pardas (conforme os critérios do IBGE) ou com níveis educacionais mais



baixos. Para chegar aos dados, os pesquisadores analisaram as taxas de mortalidade durante as ondas de calor entre 2000 e 2018, nas 14 principais áreas urbanas, que representam mais de um terço da população nacional. O Brasil experimentou de três a 11 ondas de calor por ano

na década de 2010. Nas quatro décadas anteriores, ou não houve registros de tais ondas, ou elas chegavam, no máximo, a três episódios. A tendência é piorar. 2023 foi ano mais quente dos últimos 125 mil anos, segundo o “Copernicus”, a agência europeia para o clima.

‘JUSTIÇA DOS RICOS’

O estuprador Daniel Alves é solto da cadeia



A Justiça do Estado Espanhol concedeu, no último dia 20, liberdade

provisória ao ex-jogador brasileiro Daniel Alves, mediante a entrega

de passaportes e ao pagamento de fiança de 1 milhão de euros (R\$ 5,5 milhões). O valor representa menos de 2% do patrimônio do ex-atleta, segundo um site que estima a fortuna de celebridades. Alves foi condenado a quatro anos e meio de prisão por ter estuprado uma mulher de 23 anos, em dezembro de 2022, em uma casa noturna em Barcelona. Os advogados da vítima qualificaram corretamente a situação: “a justiça foi feita para os ricos e poderosos”.

60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL
 “PARA QUE NUNCA SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!”

DE R\$ ~~45,00~~
 POR R\$ **15,75**

70% DE DESCONTO

EDITORA **Sundermann**



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Cai popularidade de Lula. Afinal, não basta tirar o bode da sala

Precisamos unir as lutas e construir um novo projeto de sociedade

As pesquisas que apontaram queda na popularidade de Lula pegaram o governo de surpresa, por conta da melhora de alguns indicadores econômicos. O governo não se deu conta, porém, que quem está comemorando suas medidas são os vários setores burgueses, que estão vendo seus lucros atendidos, e que sua popularidade caiu de forma mais significativa na parcela mais pobre da população, inclusive muitos dos quais votaram em Lula.

Enquanto uma parcela da burguesia comemora a redução da inflação, no geral, e o agronegócio comemora exportações recordes, a inflação dos alimentos disparou e os trabalhadores e trabalhadoras têm dificuldade de comprar itens básicos, como arroz, feijão e legumes.

A ultradireita bolsonarista diz isto está acontecendo porque o governo destrói e atravanca o agronegócio. Na verdade, é o contrário. O preço dos alimentos subiu por conta de como o agronegócio brasileiro funciona, a serviço dos lucros dos seus donos, em grande parte multinacionais. E o governo fez o gigantesco “Plano Safra” para garantir os lucros do setor. Sem contar o papel do agronegócio no desmatamento e no agravamento das condições climáticas.

QUEBRA DE EXPECTATIVAS E REAÇÃO DOS TRABALHADORES

Lula reconheceu que o “governo está aquém” e que as pessoas tinham mais expectativa. Explicou-se dizendo que o primeiro ano do novo governo foi para corrigir o rumo do país, diante da desgraça que foi Bolsonaro. É verdade que o governo anterior era uma desgraça, mas é um fato igualmente inegável que a sensação das pessoas de que as coisas não estão indo bem também tem a ver com ações do próprio governo atual.

Os hospitais federais estão abandonados em meio à mais



Operários da Avibras ocupam pátio da fábrica exigindo o pagamento de salários atrasados

grave crise de dengue que assola o país. A Educação, por sua vez, passa por situação semelhante, assim como todo o serviço público, com reajuste zero neste ano, num momento em que o funcionalismo amarga anos de defasagem.

Os trabalhadores e trabalhadoras, porém, estão começando a reagir, como através da forte greve dos servidores das universidades e institutos federais ou da mobilização dos profissionais da Educação, que começa a ganhar corpo em todo o país.

EMPRESÁRIOS FESTEJAM BENESSES DADAS PELO GOVERNO

O governo anunciou bilhões de dinheiro público para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas estes recursos vão acabar no bolso dos empresários. Os investimentos bilionários anunciados pelas montadoras multinacionais são muito comemorados pelo governo, como prova de que seu projeto de neointustrialização estaria dando certo.

Mas os trabalhadores da Toyota, no mesmo dia que viram o anúncio de investimen-

tos, descobriram que a fábrica de Indaiatuba (SP) seria fechada. No mesmo dia que anunciou R\$ 7 bilhões em investimentos, o vice-presidente da General Motors disse que as demissões que estavam sendo realizadas “foram ajustes pontuais e que deram dor no coração”. Já os investimentos da BYD (a gigante chinesa na fabricação de carros elétricos) são promovidos com uma montanha de isenções e benefícios fiscais, transformando-se numa transferência de recursos públicos.

Lula vive negociando tudo com os empresários, mas não diz nada sobre estabilidade no emprego e aumentos de salário, diante da escalada dos preços, ou sobre a garantia de direitos. Estes investimentos não mudam a tendência de desindustrialização e decadência do país.

Podem até, ali na frente, gerar alguns empregos e crescimento econômico, mas quem mais se beneficiará com isso são os donos dessas grandes empresas multinacionais. Enquanto isso, o Brasil ficará mais dominado e subordinado aos países imperialistas e seus monopólios.

PAGANDO UM PREÇO PELAS ALIANÇAS

A queda da popularidade do governo abriu um debate sobre os rumos do país. Apesar de estarem em maus lençóis jurídicos, os bolsonaristas seguem com grande peso. A grande mídia, por sua vez, sempre ao lado de determinados setores da burguesia, prega mais ajuste fiscal, para beneficiar o mercado, e não cansa de dizer que falta ao governo mais acenos ao Centrão e aos banqueiros.

A verdade é que isso é tudo o que o governo Lula vem fazendo nesses 15 meses no Planalto, basta ver os acordões com Lira, a composição dos ministérios e sua política econômica. Impediu a descomemoração do golpe de 64 e, agora, costura um grande acordão para restaurar a credibilidade das Forças Armadas.

Não é falta de capitalismo o problema do governo Lula. Os bolsonaristas pioram sua imagem ainda mais, colocando a culpa em um suposto “socialismo” do governo do PT, que não existe.

O problema é justamente que o governo Lula se limita a tentar administrar as contradi-

ções do capitalismo nos marcos do próprio capitalismo. Isso, claro, sempre beneficia os bilionários capitalistas.

Junte-se a isso a conciliação com golpistas e está dada a receita que pode minar a popularidade de Lula, desmoralizar os trabalhadores e preparar a sobrevida da ultradireita bolsonarista.

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA NAS LUTAS E NAS ELEIÇÕES

A coisa é tão escancarada que, nas eleições municipais que estão se aproximando, em várias cidades o PT e os bolsonaristas apoiarão os mesmos candidatos. É a prova de que não adianta apoiar o governo do PT sequer para lutar contra a ultradireita, muito menos para enfrentar os bilionários capitalistas e lutar pelos interesses dos trabalhadores.

É necessário cercar de apoio as lutas em curso e defender a unificação delas, inclusive porque se enfrentam inevitavelmente com a política econômica do governo Lula. Mas só isso não basta. É preciso apontar um outro caminho, um projeto socialista e revolucionário, que enfrente os capitalistas e mude, de fato, a vida da classe trabalhadora e do povo.

Nas eleições municipais, mesmo sendo um jogo de cartas marcadas ditado pelo dinheiro, precisamos apresentar à classe trabalhadora um outro programa, que parta de suas necessidades e rompa com o capitalismo. Só assim, inclusive, podemos enfrentar a ultradireita, que se apresenta de forma hipócrita como “antissistema”, sendo que representam a parte mais podre dele.

Convidamos a todos e todas a lerem e discutirem com seus amigos, colegas de trabalho e familiares essa edição do Opinião Socialista e fortalecerem esse projeto de uma nova sociedade, sem exploração ou opressão.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PUOZES](https://bit.ly/3PUOZES)

21 DE MARÇO

Por que lutar internacionalmente contra a discriminação racial?

SHIRLEY SILVÉRIO E CLAUDIO DONIZETE, DA SECRETARIA NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PSTU

Dia 21 de março representa uma data importante no calendário de luta do povo negro. A data é uma referência ao “Massacre de Shaperville”, ocorrido na África do Sul, em 1960.

Naquele dia, 20 mil trabalhadores e trabalhadoras negros realizaram um protesto pacífico contra o regime de apartheid e, particularmente, a “Lei do Passe”, que obrigava aqueles e aquelas que eram registrados como “africanos” (negros), “de cor” (mestiços) e indianos portassem “cartões de identificação”, que

funcionavam como uma espécie de “passaporte”, limitando a circulação dos não-brancos. O exército atirou na multidão, assassinando 69 e ferindo outras 186 pessoas.

Em 1969, a Organização das Nações Unidas (ONU), pressionada pela intensificação da luta, mundo afora, contra o racismo, em geral, e o apartheid, em particular, instituiu o “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”. Somente em 1991, porém, as leis do apartheid foram abolidas, como resultado da vitória de uma revolução democrática.

Nelson Mandela, que passou 27 anos preso, se tornou o presidente, em 1993, eleito pelo Congresso Nacional Africano (CNA), partido que até hoje está no poder, com Cyril Ramaphosa atualmente na presidência.

FIM DA SEGREGAÇÃO, MAS MANUTENÇÃO DO “APARTHEID ECONÔMICO”

Com o fim do apartheid, os negros trabalhadores sul-africanos não foram mais submetidos às leis de segregação, mas seguiram nas mesmas condições econômicas de exploração. Uma vez no poder, o CNA preservou a grande propriedade privada, não fez reforma agrária, não na-



Repressão do regime de Apartheid da África do Sul contra o povo negro

cionalizou os bancos e sequer suspendeu a dívida externa.

Mesmo a burguesia branca, que enriqueceu com o apartheid, não foi expropriada, como a família do bilionário Elon Musk, também do ramo da mineração. Além dis-

so, a África do Sul tornou-se um dos piores países para negros africanos imigrantes, com perseguições, assassinatos e recusa de cidadania. Como dizem os próprios sul-africanos, hoje, eles vivem sob um “novo apartheid”: o socioeconômico.

RAÇA E CLASSE

‘Não há capitalismo sem racismo’

A frase de Malcolm X continua atual. A realidade mostra que esse sistema é caracterizado por crises sucessivas e cada vez mais profundas: econômicas, políticas, sanitárias e ambientais. A violência e as péssimas condições de vida que se abatem sobre toda classe trabalhadora são ainda mais duras para negros, negras e os povos originários. O aumento do encarceramento, do genocídio e da fome tem cor e classe social.

Os governos e os grandes empresários usam o racismo e a xenofobia para dividir a classe trabalhadora em campos hostis e para aumentar seus lucros. Por isso, jamais estarão comprometidos com o fim da discriminação racial e da xenofobia.

RACISMO NO BRASIL: A FARSA DA “DEMOCRACIA RACIAL”

O Brasil tem a maior população negra fora do continente africano, resquício dos 388

anos de escravidão. Embora a burguesia e o Estado brasileiro tenham tentado negar o racismo, a recente denúncia sobre o papel do Banco do Brasil nesse processo é evidência de que a escravidão foi um crime contra a humanidade praticado diretamente pelo Estado.

É isto que se constata nos documentos, apresentados por diversos pesquisadores, comprovando a participação do Banco e outras instituições como financiadores do tráfico de escravos no período legal e



ilegal do tráfico negreiro. Foi isto que levou à abertura de um inquérito pelo Ministério Público Federal (MPF),

Esses fatos revelam que é

uma mentira afirmar que viveríamos numa “democracia racial”. A realidade da exploração e da opressão fazem cair a máscara e revelam que essa democracia é um mito. Precisamos, urgentemente, construir um processo de reparação histórica da escravidão, exigindo do governo Lula e do Estado a titulação definitiva dos territórios quilombolas e um programa de moradia popular, com condições plenas de infraestrutura para o povo negro e pobre.

SISTEMA

Visibilidade não basta pra vencer o racismo e o capitalismo



No último período, vimos um ascenso da luta do povo negro, particularmente após o brutal assassinato, pela polícia dos Estados Unidos, de George Floyd, em 25 de maio de 2020. Mais pessoas estão se reconhecendo

negras, reivindicando suas histórias e suas necessidades específicas ou tomando atitudes que vão de deixar de alisar seus cabelos ao amadurecimento de suas consciências, através da autodeclaração racial e no engajamento na luta de classes.

Apesar da grande mídia discutir o racismo diariamente, a violência contra negros e negras aumenta num ritmo ainda mais acelerado. A visibilidade da luta e representatividade negra são importantes. Mas, isto não basta.

PARA SER ANTIRRACISTA, É PRECISO SER ANTICAPITALISTA

Podemos aprender com a experiência dos nossos irmãos e irmãs sul-africanos, que foram enganados pelos dirigentes do CNA. Barak Obama, como o primeiro presidente negro nos EUA, também não reduziu o racismo. Pelo contrário, aumentou o encarceramento e ficou conhecido como o “senhor da guerra”.

Isso é assim porque não basta que negros e negras estejam

no topo do capitalismo; seja na lista dos mais ricos ou nos cargos do governo. Esse é um sistema que sobrevive com base na exploração e na violência contra os trabalhadores, em benefício de um punhado de burgueses. Independentemente de que esse “topo” seja composto por brancos ou negros, todos precisam, necessariamente, seguir pela mesma lógica, de opressão e exploração, do capitalismo.

Mas, essa riqueza da qual eles se apropriam, utilizando

todo tipo de violência racista, é produzida por nós da classe trabalhadora. Nós temos a possibilidade de nos organizarmos, junto com o restante da nossa classe, para tomar o poder neste país e controlar essa riqueza, através de uma revolução socialista. Essa é a condição para varrermos da face da Terra o racismo e todas as formas de opressão e exploração.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TTQQL9](https://bit.ly/3TTQQL9)

INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS**O que está por trás da queda de popularidade do governo Lula?****DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**

O mês de março começou com um alerta amarelo piscando no gabinete do presidente Lula. Uma sucessão de pesquisas constatou uma queda significativa na popularidade do governo, pouco mais de um ano após o início de seu terceiro mandato.

Um levantamento do Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), divulgado no dia 8 de março, revelou uma queda de 5% dentre as pessoas que consideram o governo “bom” ou “ótimo”, em relação a dezembro. Já o estudo da AtlasIntel revelou uma queda de 4%, desde janeiro. Um ter-

ceiro instituto, o Quaest, constatou uma redução menor, de 36% para 35%, de dezembro até hoje; mas, por outro lado, também concluiu que o número dos que desaprovam o governo saltou de 29% para 34%.

QUEDA SIGNIFICATIVA

Institutos diferentes, com metodologias próprias, que captam a mesma tendência, só podem levar a uma mesma conclusão: o povo não anda muito contente com o governo.

Se ainda não é tombo, é um tropeço significativo, ainda mais considerando a sucessão de notícias supostamente positivas que o governo havia divulgado nas



últimas semanas: o Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas durante o ano) de 2,9%, acima das expectativas; o anúncio

de investimentos de montadoras estrangeiras no país, que movimentariam bilhões; ou a redução do desemprego e da inflação geral.

Se está tudo muito bem, por que o povo não está pulando de felicidade com o governo? As teorias agitadas vão desde uma ofensiva ideológica da extrema direita, com a divulgação massiva de “fake news”, até o discurso, encampado pelo governo, de que se trata, essencialmente, de uma falha de comunicação.

Esse, inclusive, foi o tom da reunião ministerial convocada por Lula, que cobrou de seus subordinados uma propaganda maior de seus feitos: “Se as pessoas não falam bem da gente, ou bem das coisas que a gente fez, nós é que temos que falar”, disse Lula aos membros de seu gabinete, no dia 18 de março.

DEBAIXO DO NARIZ**Os motivos para o aumento do desgaste de Lula**

Hoje, a extrema direita e o bolsonarismo, embora acusados, continuam vivos e atuantes. Mas teria sido isso o que causou essa queda de popularidade do governo do PT?

Basta verificarmos alguns dados da pesquisa Ipec para desmontarmos esta hipótese: a queda na popularidade foi puxada pelos que votaram em Lula (o índice de 69% que consideravam “bom”, caiu para 61%), o mesmo índice apresentado pelos que possuem renda de até 1 salário mínimo. Já no Nordeste, a queda foi de 52% para 43%. Ou seja, nota-se um evidente recorte de classe e social nessa tendência.

O DISPARO NO PREÇO DOS ALIMENTOS

A explicação está muito mais próxima do que teorias mirabolantes. Está no mercado da esquina. No início do ano, entre janeiro e feverei-

ro, a inflação dos alimentos, mais especificamente da comida cotidiana, foi o dobro da inflação geral: 2,95% diante de 1,25% do IPCA (o índice considerado oficial). É uma tendência que vem pelo menos desde outubro e que pega os produtos que mais pesam na mesa dos brasileiros, como a batata-inglesa, que subiu 38,24%, ou a cenoura, que disparou 56,99%.

O arroz e o feijão, a base do almoço do trabalhador, subiram, respectivamente, 10,32% e 15,27%. A inflação foi praticamente generalizada nos chamados produtos “in natura” (os produtos frescos) que a gente compra no mercado e nas feiras. Uma subida de preço que pesa, sobretudo, nas famílias mais pobres.

É de se perguntar, a essa altura do campeonato, por que a comida está tão cara, sendo que o agronegócio bombou em 2023?

CRESCIMENTO SÓ PARA OS RICOS**Não é só a comida, é toda a política econômica do governo**

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4CSEZR6](https://bit.ly/4CSEZR6)

Quase tudo o que a gente come não vem do tão bajulado agronegócio. Os alimentos frescos, as hortaliças, o arroz etc., são produzidos nas pequenas unidades camponesas familiares. O que o agro, que não é “pop”, produz, de forma subsidiada pelo governo (ou seja, paga por nós), é basicamente soja, milho e grãos que vão para exportação ou viram ração para gado.

O agronegócio, controlado por transnacionais e o capital financeiro internacional, lucra, e, veja só, foi o único setor que

reduziu o número de empregados. Estamos financiando o desemprego no campo, uma maior dependência da economia e a insegurança alimentar.

A CRESCENTE DECEPÇÃO COM O GOVERNO

Embora, contudo, os alimentos pesem no desgaste do governo, não podemos desconsiderar outros fatores, como a decepção de muitos setores com o governo. Os servidores públicos federais, por exemplo, que votaram massivamente em Lula contra a destruição dos

serviços públicos desencadeada por Bolsonaro e Guedes, amargam 0% de reajuste. Não é por menos que os técnicos-administrativos das federais estejam em greve, num movimento que só tende a crescer.

Os operários da fábrica da Avibras, por sua vez, estão com quase um ano de salários atrasados, com os empregos ameaçados e ainda esperam alguma medida do governo. Os trabalhadores da Toyota de Indaiatuba (SP) assistem indignados o anúncio de fechamento da fábrica, mesmo com todos os subsídios garantidos pelos governos.

A inflação dos alimentos é um dos elementos de uma política econômica que garantiu, nesse último ano, um certo crescimento econômico, mas não de forma igual e para todos. Quem se beneficiou de verdade foram as multinacionais, os banqueiros e grandes empresários.

Crescimento no capitalismo é o crescimento dos lucros dos bilionários, à custa da pobreza dos trabalhadores. E propaganda nenhuma do governo vai conseguir convencer o povo do contrário.

DROGAS

Congresso reacionário reage à decisão limitada do STF, enquanto governo se acovarda

CYRO GARCIA,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Em agosto de 2023, escrevi um artigo aqui, no Opinião Socialista, falando da votação que, naquele momento, se dava no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o estabelecimento de parâmetros quantitativos sobre o porte de “drogas”, que visavam distinguir o usuário do traficante.

Estamos em março de 2024 e a votação ainda não se encerrou. Já há, na Corte, cinco votos a três pela descriminalização e uma maioria formada a favor da definição de uma quantidade para diferenciar usuário de traficante; mas sem que haja, ainda, uma decisão a respeito do parâmetro específico a ser estabelecido. O julgamento foi paralisado na semana passada, após um pedido de vista do Ministro Dias Toffoli.

RESPOSTA DO CONGRESSO

Apesar da lentidão do julgamento, o Congresso ultrarreacionário resolveu dar uma resposta ao STF e, na semana passada, a Comissão de Constituição e Justi-



CCJ aprova PEC que criminaliza porte de drogas.

ça (CCJ) do Senado aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição, chamada “PEC das Drogas”, que leva para o texto constitucional a definição de que portar ou possuir qualquer quantidade de entorpecentes é crime.

É uma tentativa do Congresso de esvaziar o poder do STF e, além disso, criar uma bandeira para ser levantada pela extrema direita num ano de eleições.

Esta proposta é um retrocesso para a Saúde e para a Segurança públicas, porque representa um incentivo ao encarceramento em massa, embutido na “Lei Antidro-

gas” de 2006, trágica herança do primeiro governo Lula. A proposta considera crime a posse e o porte de qualquer quantidade de drogas “observadas a distinção entre o traficante e usuário pelas circunstâncias fáticas do caso concreto”, segundo o texto.

As tais “circunstâncias fáticas” ficarão ao encargo da interpretação de cada policial ou juiz e a realidade mostra que jovens negros e pobres, independentemente da quantidade de droga que esteja em seu poder, serão considerados traficantes; enquanto jovens de classe média e da burguesia, mesmo com qui-

los e quilos de drogas, serão considerados usuários, porque eles têm poder aquisitivo para fazer estoque.

ENCARCERAMENTO EM MASSA E INJUSTO

O resultado são cadeias abarrotadas com gente que não deveria estar lá. Segundo dados de outubro de 2023, das cerca de 650 mil pessoas aprisionadas no Brasil, na época, 28% foram encarceradas com base na “Lei Antidro- gas”, a maior parte portando pequenas quantidades.

Um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que,

se houvesse limite de 25 gramas para consumo pessoal, 27% dos condenados por porte de maconha poderiam sair da cadeia. Se o limite fosse de 150 gramas, seriam 59%.

Este encarceramento em massa só interessa às facções criminosas, pois mantém o fluxo constante de mão de obra a ser aliciada nos presídios, onde ninguém sobrevive se não aceitar ser soldado do tráfico. Além do mais, não faz sentido algum encarcerar usuários ao lado de homicidas, assaltantes, esturpadores, pedófilos e outros criminosos que precisam ser afastados do convívio social.

CONCILIAÇÃO



O acovardamento de Lula

Como se não bastasse a lentidão do Judiciário e o reacionarismo do Congresso, em relação a esta questão nós também contamos com o acovardamento do Poder Executivo. Lula, pressionado pela extrema direita, concilia com os militares golpistas assumidos e não assumidos, chegando ao cúmulo de desmarcar o “Ato de Descomemoração dos 60 anos do Golpe Militar”, falando, vergonhosamente, em esquecer o passado, num total desrespeito aos familiares dos mortos, torturados e

presos pela ditadura militar (leia páginas 8, 9, 10 e 11).

Por outro lado, procura, a todo custo, conciliar com as Igrejas evangélicas e, a partir daí, considera as pautas relativas aos costumes, como a descriminalização das drogas, a legalização do aborto, as pautas LGBTI+, dentre outras, como desgastantes para sua avaliação como Presidente da República. Esta postura acovardada faz com que tenhamos um retrocesso nas políticas públicas relativas a estes temas.

HISTÓRIA SE REPETE

‘Guerra às drogas’ justifica chacinas sob governos da extrema direita e do PT

Insistimos em nosso posicionamento de que a chamada “guerra às drogas” é uma política de segurança falida, que criminaliza a pobreza e promove um verdadeiro genocídio da juventude negra que mora nas favelas e periferias de nossas cidades, independentes de estarem ou não ligados ao tráfico de drogas.

Esta política é generalizada no país e é praticada tanto pelo ultradireitista Tarso de Freitas (Republicanos), em São Paulo, que diz que “não está nem aí” para a morte de jovens negros na Baixada Santista, assim como na Bahia, governada por Jerônimo Rodrigues, do PT, onde temos a polícia que mais mata no país. Sem falar, é claro, das polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro, governado por Cláudio Cas-



tro (PL), responsáveis por várias chacinas.

CORTINA DE FUMAÇA PARA VIOLÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A criminalização serve como uma forma de con-

trole social, para impedir que a população pobre do nosso país se rebelde contra as péssimas condições de vida às quais é submetida pelos governantes, através de moradias insalubres, desemprego, ausência de

Saúde e Educação públicas de qualidade.

As drogas são um caso de Saúde Pública e não de Segurança Pública. Somente com a sua descriminalização nós poderemos avançar, de fato, em políticas que realmente

promovam a segurança da população, além de desferir um golpe tanto no tráfico de drogas quanto no tráfico de armas, uma vez que eles se retroalimentam.

Quando falamos em descriminalização, não estamos querendo inventar a roda. Aqui do lado, no Uruguai, a maconha é legalizada; bem como em Portugal, país com o qual temos laços estreitos. A descriminalização não é um incentivo ao consumo, ao contrário ela tem de vir acompanhada de uma ampla campanha que mostre os eventuais malefícios do uso de drogas. Para nós, todas as questões referentes às drogas, inclusive as lícitas e legalizadas, como o álcool, devem ser tratadas como problemas da Saúde Pública.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4APRJ03](https://bit.ly/4APRJ03)

O PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA 1

Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), referentes a junho de 2023, a população carcerária no Brasil atingiu a cifra de 644.794 em celas físicas e 190.080 em prisão domiciliar. Desses:



95,7% são homens



41,5% têm de 18 a 34 anos



67,8% são negros e negras



81,1% têm baixa escolaridade, sendo que 46,54% têm o Ensino Fundamental incompleto

O PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA 2

Em pesquisa anterior, referente aos dados de 2022, o Fórum Nacional de Segurança Pública também revelou que:



66% desempregados ou “autônomos”



Apenas 13% pertencem a alguma facção criminal



Em 17% dos casos, não há sequer apreensão de substâncias ilícitas.



Em 93% deles, as únicas provas foram os depoimentos dos agentes de segurança responsáveis pelo flagrante.



Cerca de 40% das prisões são provisórias, sem qualquer julgamento.

60 ANOS DO GOLPE MILITAR

Lembrar, sim, os crimes da ditadura para que não mais aconteçam

**JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO**

Enquanto o presidente Lula chama todos a esquecerem os crimes da ditadura instalada no golpe militar de 1964, aqui nestas páginas vamos fazer justamente o contrário: vamos lembrar os motivos do golpe, quem o patrocinou e suas terríveis consequências para o país. E vamos explicar, também, como as ameaças autoritárias e golpistas mostram que 1964 é um cadáver insepulto na nossa história.

No próximo 31 de março, se completam 60 anos do golpe cívico-militar. O golpe foi uma resposta dos capitalistas brasileiros, dos grandes proprietários de terra, juntamente com o imperialismo estadunidense e políticos de oposição ao então presidente João Goulart, o Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a uma crescente efervescência de lutas operárias e populares nas quais o país estava mergulhado na época.

No contexto da Guerra Fria e da recente vitória da Revolução Cubana, em 1959, os Estados Unidos queriam governos 100% sub-



servientes e a derrota categórica da classe trabalhadora. Jango e o PTB eram 100% burgueses e nada “comunistas”, mas tinham traços nacionalistas e defendiam um certo grau de autonomia do país.

MOBILIZAÇÕES OPERÁRIAS E CAMPONESAS E REBELDIA NOS QUARTÉIS

Naquele momento, greves aglutinavam setores amplos da classe trabalhadora e exigiam reajustes dos salários, 13º salário e até uma lei para impedir a remessa de lucro das multinacionais às suas matrizes. Entre outubro e novembro de 1963, explodiu a “Greve dos 700 mil”, a maior greve da história do país,

que recebeu este nome em referência à base dos 79 sindicatos, de 14 categorias (como metalúrgicos, têxteis, gráficos, químicos, marceneiros, dentre outros), que aderiram à paralisação. A greve foi vitoriosa, tornando-se um exemplo a ser seguido pela classe trabalhadora.

Um mês antes, soldados e oficiais de baixa patente fizeram eclodir a “Revolta dos Sargentos”, um movimento que exigia direitos políticos para militares eleitos a cargos parlamentares nas eleições de 1962. Um ano e meio depois, outra revolta do baixo clero militar. Dessa vez, marinheiros se amotinaram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

e exigiram o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação e que nenhuma medida punitiva fosse adotada.

Os grandes latifundiários também estavam apavorados (embora o próprio Jango fosse um estancieiro, como são chamados os grandes proprietários de terras no Sul do país). Pela primeira vez na história, um movimento camponês, as Ligas Camponesas, organizava os trabalhadores rurais em sindicatos, sobretudo no Nordeste e no Norte, ocupavam terras e exigiam reforma agrária. Também lutavam por direitos trabalhistas para os assalariados do campo. Em novembro de 1963, a Liga promoveu greves dos cortadores de cana em Pernambuco e na Paraíba.

UM GOLPE DESFERIDO CONTRA O DIREITO DE LUTAR

A burguesia e o imperialismo temiam o crescimento das lutas e não hesitaram em derrubar Jango e iniciar uma implacável perseguição contra operários, camponeses e soldados revoltosos.

Diante do golpe, não houve resistência à altura. Primeiro porque o governo burguês de Jango

não queria fazê-lo e, segundo, porque, o então Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao ser prisioneiro de uma política de colaboração de classes e apêndice do governo Jango, não conseguiu organizar uma resistência, que, para existir, necessitava de independência de classe.

A ditadura acabou com as liberdades democráticas, como o direito de greve, fechou sindicatos, impôs a censura, prendeu e torturou opositores. Nas Forças Armadas, 6.591 oficiais, suboficiais e soldados foram presos, torturados ou expulsos. Assim, os setores mais combativos e próximos das lutas operárias foram varridos.

No campo, 1.196 camponeses foram assassinados pela ditadura, segundo um levantamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, reiterado no relatório final da Comissão Camponesa da Verdade, em 2014. Esse banho de sangue derrotou a luta pela reforma agrária e preservou o latifúndio. Nas cidades, a voz dos trabalhadores foi calada e milhares de sindicalistas e lideranças operárias foram presos, torturados ou assassinados.

SEGREDO

Superexploração e repressão sustentaram “milagre econômico”

Defensores da ditadura, como Bolsonaro, sempre exaltaram as conquistas econômicas do regime. Mas, o tal “milagre econômico” (como ficou conhecido o período de 1969 a 1974, que, não por aca-

so, também entraram para a História como os “anos de chumbo”, tendo à frente o ultrarreacionário Garrastazu Médici) foi sustentado pela brutal repressão e enorme exploração da classe trabalhadora.

Prometiam crescimento e “divisão do bolo”. Mas, o bolo cresceu e nunca foi dividido. Na verdade, houve um brutal aumento da desigualdade social. Os 10% mais ricos, que deti-

nham 38% da renda em 1960, chegaram a ter 51% da renda, em 1980. Já os mais pobres, que tinham 17% da renda nacional em 1960, caíram para 12%.

E quando os trabalhadores

lutavam por direitos e melhores salários eram duramente reprimidos. O regime fechou os sindicatos, impedia a realização de assembleias e proibia greves e manifestações.

CRONOLOGIA - A SUCESSÃO DE EVENTOS NO GOLPE DE 64

1963 - Setembro: Eclusão da “Revolta dos Sargentos”, promovida por soldados e oficiais de baixa patente. Outubro: Explode a “Greve dos 700 mil”, com a adesão de sindicatos e 14 categorias (como metalúrgicos, têxteis, gráficos, químicos, marceneiros, dentre outros). Novembro: As “Ligas Camponesas” promovem greves dos cortadores de cana em Pernambuco e na Paraíba.

MARÇO DE 1964 - **13/03:** “Comício da Central do Brasil” reúne milhares de trabalhadores e jovens no Rio de Janeiro. Em resposta, no dia 19, a direita golpista realiza a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. **25/03:** Marinheiros e fuzileiros ocupam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O episódio ficou conhecido como “Revolta dos Marinheiros”. **31/03:** Começa o deslocamento de tropas de Minas Gerais, comandadas pelo general Mourão Filho. Ao mesmo tempo, uma força-tarefa da Marinha dos Estados Unidos é deslocada para costa brasileira, para apoiar o golpe em caso de resistência.

ABRIL DE 1964 - **01/04:** Tropas ocupam as ruas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, dentre outras cidades. Não há resistência ao golpe. No dia 02, João Goulart segue de Brasília para Porto Alegre. De lá, vai para o exílio no Uruguai. O Congresso Nacional declara vaga a Presidência da República. Ocorre, em seguida, a posse do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República. **04/04:** Lideranças do golpe indicam o general Castelo Branco para a Presidência da República. **09/04:** É decretado o Ato Institucional Nº 1, que confere ao presidente poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos.



A ditadura foi totalmente entreguista e sempre jogou a favor do capital estrangeiro e das multinacionais. O regime foi uma festa para as multinacionais que receberam muitos benefícios e colaboraram ativamente com a repressão, tal como a Volkswagen, a Fiat, a Cia. Docas de Santos, a Paranapanema, a Cobrasma, a Companhia Si-

derúrgica Nacional, a Aracruz e muitas outras.

A ditadura abriu a Amazônia para a exploração das mineradoras estrangeiras, como fez no Projeto Carajás. Deu isenção de até 100% nos impostos para empresas que comprassem terras na Amazônia. A Volkswagen, por exemplo, comprou uma fazenda no Pará, que abrigava trabalhadores em

ENTREGUISTA

Uma ditadura corrupta e a serviço do capital estrangeiro

condição de escravidão. Foi a partir desse período que a destruição da floresta ganhou um impulso inédito, cujas consequências estão aí, até hoje.

A corrupção também correu solta. Bilhões foram desviados das obras faraônicas, como da Rodovia Transamazônica, da Usina Nuclear de Angra, da Hidroelétrica de Itaipu, dentre outras. Muitas dessas obras foram construídas com o sangue dos trabalhadores e trabalhadoras, como no caso de Itaipu, onde pelo menos 145 operários morreram durante a construção.

Não havia nenhuma fiscalização e a ditadura não prestava contas dos gastos públicos.

É impossível saber exatamente o quanto foi desviado pela corrupção. Além disso, a imprensa estava sob censura, e qualquer notícia sobre corrupção era barrada. Ou seja, se você denunciasse um corrupto, podia ir para a cadeia.

Sob a ditadura, houve um enorme endividamento externo com os grandes bancos estrangeiros. A dívida externa explodiu e passou de US\$ 3 bilhões, em 1964, para US\$ 100 bilhões, em 1984.

CRISE ECONÔMICA IMPULSIONOU RETOMADA DAS LUTAS

Como resultado, o país mergulhou na carestia, no desemprego e numa inflação galopan-

te, já no final dos anos 1970. A crise levou os operários, os estudantes e os camponeses a retomarem a luta contra o regime.

As greves operárias do ABC paulista são um dos episódios mais importantes desse momento. Em 1983-1984, a campanha pelas “Diretas, já!” arrastou multidões às ruas de todo o país. Os militares já não conseguiam mais governar e a ditadura acabou. Mas o fim da ditadura não resultou na punição dos crimes cometidos por seus agentes. Na verdade, além da impunidade os militares continuaram gozando de inúmeros privilégios e da preservação de sua ideologia autoritária.

HERANÇA

Ameaças autoritárias mostram que 1964 ainda é um cadáver insepulto

Se a pressão popular foi decisiva para o fim da ditadura, o processo de uma “transição negociada” com as elites e as Forças Armadas impediu que essa parte da nossa história fosse passada a limpo.

A transição foi pactuada com os militares e todos os governos da “Nova República” (começando em FHC, passando por Lula, Dilma e Temer) nunca investigarem seus crimes a fundo, varrendo-os para debaixo do tapete. Um processo bem diferente do que ocorreu em outros países da América Latina, tal como no Chile, Uruguai e Argentina, onde muitos militares foram investigados, julgados e presos.

SEM PUNIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PRIVILÉGIOS

Por aqui militares, torturadores e assassinos ficaram impunes. A alta cúpula das Forças Armadas é uma verdadeira casta privilegiada, que goza de

tribunais próprios (a Justiça Militar, que em geral facilita a impunidade para seus crimes); salários milionários, picanha, uísque, hotéis de luxo e as famosas pensões militares desfrutadas por filhas “solteiras”.

Além disso, o setor desfruta de um dos maiores orçamentos do governo (R\$ 118 bilhões, semelhante ao do Ministério da Saúde) que sempre é reajustado pelo governo de turno.

Os militares ainda tiveram preservado o conteúdo curricular e doutrinário ensinado nas escolas militares, onde a “Revolução de 1964” ainda é comemorada e os alunos aprendem a doutrina da existência de um “inimigo interno”, o que justificaria o uso da força e de meios criminosos como torturas, prisões, execuções ou “sumiços” de opositores. Essa ideologia sempre foi, e ainda é, uma incubadora das ameaças golpistas por partes das Forças Armadas (FFAA).

UM FÉTIDO “ENTULHO AUTORITÁRIO” AINDA INFESTA O PAÍS

Todo esse quadro fortaleceu a ultradireita, permitiu que políticos como Bolsonaro fizessem apologia do regime e chamassem torturadores de heróis. Mas, também, faz das FFAA uma força política, capaz de desenvolver interesses próprios, colocando-se acima da sociedade, para defendê-los a qualquer custo.

Um exemplo é o chamado “entulho autoritário”, as permanências jurídicas e institucionais que servem às ameaças autoritárias. Outro é que, até hoje, não foram encontrados todos os mortos e desaparecidos e nem houve reparação a todos os perseguidos e seus familiares, enquanto os torturadores seguem livres com suas benesses intactas.

O artigo 142 da Constituição de 1988 serve para que os generais mantenham a tutela sob o regime, a partir da cren-



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3VNJOWN](https://bit.ly/3VNJOWN)

ça de que as Forças Armadas são um “poder moderador” diante de crises sociais e políticas. Apesar de não dizer isso, o que os militares interpretam é que a lei lhes faculta o papel de assegurar a ordem interna; quer dizer, o “direito” de intervir, internamente, contra a população e os demais poderes.

Para “restaurar a ordem”, por exemplo, se pode apelar para a possibilidade de empregar operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), uma medida que foi criada pelos governos do PT, em 2013, por meio da portaria 3.461. Foi por essa via que Bolsonaro teria planejado

o golpe, segundo investigações da Polícia Federal: aplicar a Garantia da Lei e da Ordem, seguida da decretação de um Estado de Defesa e o Estado de Sítio, para assumir o controle do país.

No Brasil, a impunidade mostra que o golpe de 1964 ainda é um cadáver insepulto. É preciso passar a história a limpo e fazer mais: não dar anistia para nenhum golpista, defensor de ditadura ou torturador, além de varrer o entulho autoritário da Constituição. Por isso, mais do que nunca, neste 31 de março precisamos entoar em alto e bom som o slogan “Sem anistia pra golpista!”.

PIZZA VERDE-OLIVA

Um grande acordão para livrar a cúpula golpista das Forças Armadas

DA REDAÇÃO

É preciso exigir investigação e punição de todos os golpistas, até o fim; mas Lula prefere blindar os militares, impor o esquecimento ao golpe de 64 e garantir a impunidade aos torturadores, mantendo a sombra de ameaça e intimidação das Forças Armadas.

Em 15 de março, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, abriu o sigilo dos 27 depoimentos à Polícia Federal, no âmbito das investigações dos atentados golpistas, o tema voltou aos holofotes.

A bem da verdade, em termos de fatos novos, pouco foi revelado além do que já se sabia: havia um plano bastante avançado, com decretos já prontos, instituindo Estado de Defesa, no STF, Estado de Sítio e Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que, na prática, anulariam as eleições nas quais Bolsonaro foi derrotado. Concretamente, seria um golpe de Estado, que instalaria um regime de exceção no país.

UM PLANO GOLPISTA ARQUITETADO POR MUITAS MÃOS

As novidades ficaram por conta dos depoimentos dos então comandantes do Exército,



Foto: Ricardo Stuckert

Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista Junior. Porém, numa espécie de tabelinha ensaiada, o Comandante da Aeronáutica

relatou que Freire Gomes ameaçou Bolsonaro de prisão, caso levasse à frente sua tentativa golpista. O único comandante que teria se colocado inteira-

mente à disposição da intenciona bolsonarista teria sido o Almirante da Marinha, Almir Garnier Santos.

Desenha-se, então, o seguinte quadro: Bolsonaro, General Heleno, Garnier, Braga Neto, de um lado, conspirando por um golpe; e os outros dois comandantes resistindo bravamente em defesa das liberdades democráticas. Dá para acreditar?

As inconsistências, porém, não param por aí e mostram que essa tentativa, agora, de parte do comando das Forças Armadas (FFAA) de se passarem como heróis contra o golpismo não passa de lorota, ou um plano arquitetado por muitas mãos.

DNA GOLPISTA

Dependesse do comando das Forças Armadas, Bolsonaro teria dado golpe



Foto: Ag. Brasil

Se por um lado esses depoimentos servem para incriminar ainda mais Bolsonaro; por outro, trata-se de uma evidente tentativa de livrar a cara do conjunto do comando das FFAA na trama golpista.

É uma versão absurda que vem sendo reproduzida de forma acrítica pela maioria da imprensa. Se os dois generais eram tão defensores assim da Constituição e da democracia, por que assinaram a nota apoiando os acampamentos golpistas, na frente dos quartéis, exigindo intervenção militar? Nota que, inclusive, reforçava o papel das FFAA como “poder moderador”, no âmbito do famigerado Artigo 142 da Constituição.

Mais do que isso, se Freire Gomes rechaçou a ideia de golpe, por que convocou outro general, Theophilo de Oliveira, seu subordinado e comandante de Operações Terrestres (Coter), para se reunir com Bolsonaro, tendo Theophilo se disposto a colocar seus homens, os tais “kids pretos”, na intenciona golpista? Aliás, sobrar evidências de que essas forças especiais agiram ativamente no “8 de janeiro”, como os R\$ 100 mil que Mauro Cid foi buscar no Partido Liberal (PL) para levar “seus homens” a Brasília na ocasião.

DIRETA OU INDIRETAMENTE, TODO COMANDO MILITAR APOIAVA O GOLPE

A realidade é que, ao contrário das versões que vem sendo amplamente divulgadas, não foi só a Marinha que prometeu empenhar seus homens numa tentativa de golpe, mas o próprio Exército, ainda que indiretamente. Freire Gomes ameaçou prender Bolsonaro ao mesmo tempo

que colocava seu general e comandante de Forças Especiais a serviço do golpe? Difícil engolir.

Há, também, outra questão que vem sendo bastante discutida: Por que os comandantes do Exército e da Aeronáutica, diante da exposição do plano golpista de Bolsonaro, já bastante avançado e detalhado naquele momento, não decretaram sua prisão de imediato?

A versão defendida até por antibolsonaristas é a de que este tipo de atitude escalaria em uma crise institucional, forçando um racha nas FFAA, e que deixar o tema morrer por si só teria sido uma mera questão de tática.

A verdade é que não prenderam Bolsonaro porque, se a maioria não estava plenamente fechada com o plano, também não eram contrários ao golpe. Simples assim. Agiram lado a lado com Bolsonaro na contestação das urnas, no questionamento do resultado das eleições e nos acampamentos golpistas, inclusive garantindo a sua logística.

‘PODER MODERADOR’

Forças Armadas continuam se vendo como poder acima de todos



Foto: Isaac Nobrega/PR

No limite, quem não ajudou Bolsonaro diretamente, deixou tudo como estava, para ver como é que a situação ficaria. O máximo que aconteceu foi que Freire Gomes não se dispôs a se colocar à frente de um golpe que ele sabia que poderia não triunfar. Por isso, foi chamado de “cagão” por Braga Neto e sofreu pressão nas redes sociais da extrema direita.

Agora querem reescrever a História, deixar Bolsonaro na fogueira e salvar a imagem da instituição das FFAA, mantendo, inclusive, o que defendem

ser o seu papel: um poder moderador, acima de todos, e que, quando bem entender, possa intervir livremente, ou ameaçar e intimidar, como fizeram nesse último período.

Vários fatores contribuíram para que o golpe não fosse adiante: a falta de apoio do imperialismo, então comandado por Biden, principalmente, o insucesso de uma comoção nacional e de um sentimento de instabilidade que tentaram insuflar de todas as formas, dentre outros. A suposta oposição do comando das FFAA, definitivamente, não foi um deles.

NENHUMA ANISTIA

Governo Lula costura um grande acordo com os militares

O que vem sendo preparado é uma enorme pizza temperada com azeitona verde-oliva. Uma pizza preparada a muitas mãos. O governo Lula mantém Múcio à frente do Ministério da Defesa, engavetou a retomada da Comissão Nacional da Verdade, recusa-se até mesmo a receber os familiares das vítimas da ditadura e, por fim, proibiu qualquer ato, em seu governo, em memória dos 60 anos do golpe militar de 1964.

O STF e Alexandre de Moraes, por sua vez, divulgam à mídia o conteúdo dos depoimentos que corroboram com a versão das FFAA, reforçando a imagem da instituição como protetora da democracia e das instituições do Estado.

E o governo que, às vésperas do aniversário do golpe de 64, proibiu qualquer ato que rememore esse momento grotesco da nossa História, tenta, assim, impor o esque-



cimento e a impunidade aos assassinos e torturadores, se unindo à política de conciliação com o atual comando das FFAA. Junto ao STF, ao Congresso Nacional, e apoiado por setores majoritários da grande imprensa.

A impunidade e o fato de nunca termos passado a limpo a história da ditadura e seus crimes bárbaros permitiram que uma excrescência como o Artigo 142 fosse incluído na

Constituição e que as FFAA continuem pairando sobre nós como uma ameaça, intimidando, de forma escancarada, e tenham, ainda, se tornado referências para uma extrema direita radicalizada, que sequestrou de forma hipócrita o discurso “antissistema”. Ecos da ditadura ainda reverberam, também, nas chacinas e torturas da PM nas periferias e bairros pobres contra a juventude negra.

CONCILIAÇÃO DE CLASSES E SUBSERVIÊNCIA

O governo faz, assim, dois grandes desserviços em sua tentativa de conciliação com o alto comando militar. Passa pano no golpe de 64, engaveta a CNV, e faz pouco caso do sofrimento dos familiares das vítimas da ditadura, ajudando a manter essa chaga aberta.

Esse escândalo em torno da tentativa de golpe de Bolsonaro seria uma oportunidade para reformular as FFAA, mudar, de alto a baixo, sua doutrina golpista e extirpar os saudosistas de torturadores como o General Ustra e Cia. Coisa básica, que qualquer governo minimamente democrático faria, nem precisando ser esquerda ou coisa que o valha.

Mas a política de conciliação do governo Lula joga com a aproximação com os militares golpistas, como Múcio, e setores da ultradireita, como o governador Tarcísio de Freitas. O PT, por

sua vez, assim como a Frente Povo Sem Medo e demais organizações atreladas ao governo, não denunciam esse pacto reacionário que o governo Lula está fazendo com as Forças Armadas. Essa política de conciliação e a capitulação dessa esquerda governista abrem espaço para que a ultradireita se fortaleça, lá na frente, ou nem tanto na frente, haja visto a popularidade que Tarcísio vem ganhando ao promover uma verdadeira matança na Baixada Santista.

Apesar do governo Lula, os 60 anos do golpe militar não serão esquecidos. Organizações, ativistas e movimentos realizarão diversas atividades para denunciar o golpe e a impunidade e, ainda, exigir “nenhuma anistia” aos golpistas do passado e do presente. O PSTU é parte da convocatória e organização dessas atividades.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TKKZUS](https://bit.ly/3TKKZUS)

QUEM É QUEM NA TRAMA GOLPISTA



Marco Antônio Freire Gomes

Ex-comandante do Exército, seu depoimento à PF foi na condição de testemunha. Segundo a versão de seu colega da Aeronáutica, ele teria ameaçado prender Bolsonaro. No entanto, participou de pelo menos duas reuniões que trataram da “minuta golpista”. Além disso, assinou a nota “Às instituições e ao povo brasileiro”, em novembro de 2022, que defendia os acampamentos golpistas como “demandas legais e legítimas da população”.



General Heleno

Ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que manda na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), defendeu o golpe abertamente, antes das eleições, sabendo que Bolsonaro seria derrotado. “Se tiver de dar soco na mesa é antes das eleições; se tiver de virar a mesa é antes das eleições”, discursou. Heleno foi ajudante de ordens de Sylvio Frota, da linha dura da ditadura, que se colocava contra a “abertura”. Teve sua carreira impulsionada ao comandar a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah) durante o primeiro governo Lula.



Paulo Sérgio Nogueira

Então comandante do Exército, chegou a se desentender com Bolsonaro, ao defender medidas contra o vírus da Covid dentre seus comandados. Promovido a Ministro da Defesa, se bolsonarizou rapidamente e esteve à frente da cruzada contra as urnas eletrônicas e na tentativa de deslegitimação do resultado eleitoral.



Almir Garnier Santos

Único comandante que se dispôs, de forma direta, a colocar seus homens para consumir um golpe de Estado em prol de Bolsonaro. Foi o primeiro comandante da Marinha a se negar a ir à posse do presidente eleito.



Braga Neto

Ministro da Defesa e da Casa Civil de Bolsonaro e foi vice em sua chapa. É apontado como um dos principais coordenadores do golpe. Chamou Freire Gomes de “cagão”, diante da hesitação do general, e pediu que Mauro Cid pegasse R\$ 100 mil para levar os “kids pretos” para Brasília. Se confraternizava com os acampados que exigiam intervenção militar, e disse, em tom misterioso: “Não percam a fé. É só o que eu posso falar agora”.

GREVE

Servidores federais iniciam greves contra arrocho salarial do governo Lula



DA REDAÇÃO

Em resposta à política de Lula, de não conceder reajuste salarial algum aos servidores públicos federais em 2024, diversas categorias de servidores públicos começaram um processo de mobilização e greve.

Já ocorreu a greve dos servidores da Receita Federal, que terminou em janeiro; houve, também, paralisações de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e do Banco Central; e, em 11 de março, servidores técnicos-administrativos das universidades federais iniciaram uma forte greve, que já tem a adesão de mais de 60 instituições de ensino superior.

Em fevereiro, na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o governo federal sequer respondeu à contraproposta enviada, em janeiro, pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonocate). Um sinal evidente de que não haverá qualquer esforço do governo para tentar garantir a recomposição das perdas salariais dos servidores federais em 2024.

ARCABOUÇO FISCAL IMPÕE ARROCHO E CORTES ORÇAMENTÁRIOS

O arrocho salarial sobre os servidores públicos é o resultado da política fiscal de Lula, que privilegia o pagamento do



sistema da dívida pública e garante enormes isenções tributárias aos grandes grupos empresariais. O novo Arcabouço Fiscal e a meta de déficit orçamentário zero são as formas como Lula e o Congresso Nacional, comandado por Arthur

Lira (Progressistas), implementam essa política.

Em 2023, o pagamento da dívida pública consumiu R\$ 1,886 trilhões do orçamento federal, R\$ 5,2 bilhões por dia. Com o valor gasto em apenas três dias com o pagamento do

sistema da dívida pública seria possível garantir 10% de reajuste salarial linear aos servidores federais e, ainda, conceder o reajuste dos benefícios, conforme a proposta do governo.

O governo também não pode alegar falta de recursos. Em janeiro deste ano, a arrecadação bateu recorde, chegando R\$ 280,6 bilhões, e deve fechar o primeiro trimestre também com um novo recorde de arrecadação, que poderia ser ainda maior se não fosse a política de isenção fiscal de Lula e do Congresso Nacional.

Em 2023, o governo federal abriu mão de R\$ 641 bilhões em isenções fiscais, sendo que apenas 26 empresas concentram 46% do total de isenções fiscais cedidas pelo governo.

NOVOS ATAQUES

Lula prepara uma Reforma Administrativa para precarizar serviço público



Os servidores federais tinham a expectativa de que, com Lula, seria possível recompor as perdas salariais, que são de mais de 50% para a maior parte deles. Mas, ao invés disso, Lula está preparando uma Reforma Administrativa, em acordo com Arthur Lira, para retirar direitos dos servidores e ampliar a terceirização no serviço público, já que PEC 32/2020, de Paulo Guedes, empacou na Câmara.

A Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwek, já declarou publicamente que quer enxugar as carreiras do serviço público federal, que, hoje, são cerca de 150, através de uma nova proposta de Reforma Ad-

ministrativa. Segundo o Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, Francisco Gaetani, dentre outros objetivos, esta medida implicaria em:

- Reduzir os salários iniciais dos novos servidores públicos, para ficarem mais próximos do que se pratica na iniciativa privada.
- Abrir a possibilidade de contratações de servidores por regime celetista, ao invés de fazê-las pelo Regime Jurídico Único, o que afetará principalmente a aposentadoria desses trabalhadores e trabalhadoras.
- Ampliar os prazos e possibilidades de contratação de servidores em regime de contrato temporário.

LUTA

Organizar uma greve nacional unificada para derrotar o Arcabouço, a Reforma Administrativa e arrocho salarial

Diante dessas medidas e da manutenção da política de reajuste zero na mesa de negociação de fevereiro, a indignação começou a se alastrar entre os servidores públicos.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas (Fasubra) deu a partida no processo de greve e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), que representa os ser-

vidores dos institutos federais, aprovou, por unanimidade em sua plenária, greve a partir do dia 03 de abril.

Outras categorias também estão realizando assembleias e plenárias e devem entrar em greve ainda neste primeiro semestre, como os professores universitários da base do ANDES-SN e os servidores do INSS organizados pela Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

Neste momento, é preciso intensificar o processo de mobilização das bases para construir uma greve nacional unificada da Educação Federal e dos servidores federais. As direções das entidades e centrais precisam se jogar na construção desse processo e garantir um forte dia de paralisação nacional, em 03 de abril, além de uma grande marcha a Brasília, na segunda quinzena de abril, como foi aprovado no Fonasefe.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PWA2S6](https://bit.ly/3PWA2S6)

SÃO PAULO

Servidores municipais enfrentam Ricardo Nunes

No dia 8 de março, educadores e servidores do município de São Paulo deram início a uma forte greve para enfrentar a proposta rebaixada da prefeitura, que ofereceu aos professores e professoras apenas 2,16% de reposição e

3,16% de abono complementar no piso.

Nesta semana, os servidores iniciaram uma vigília na frente da Câmara de Vereadores para pressionar os deputados a mudarem a proposta, que sequer repõe a inflação.



LUTAS OPERÁRIAS

Trabalhadores da Avibras, Toyota e Gerdau lutam em defesa dos empregos e por direitos

Operários e operárias da Avibras e da Gerdau, em São José dos Campos (SP), e da Toyota, em Indaiatuba (SP), estão em luta em defesa de seus empregos e direitos. As empresas, em busca de aumentar os lucros, estão atacando com demissões e fechamento de fábricas, a exemplo da Toyota, que anunciou o encerramento da produção de veículos na planta de Indaiatuba.

AVIBRAS

Há 11 meses sem salários, operários ocuparam o pátio da empresa



No último dia 18, completaram-se dois anos que os operários da Avibras estão

na luta em defesa dos empregos, salários e direitos. Eles estão sem receber salários há 11 meses. No dia 14, estava agendada uma reunião entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, que não ocorreu. Revoltados com o descaso da Avibras, os operários ocuparam o pátio da empresa.

“Os trabalhadores estão angustiados com o desrespeito contínuo da Avibras. São profissionais com altíssima qualificação, sem salários. Ao longo desses 11 meses, muitos foram obrigados a ir para a informalidade, para tentar man-

ter o sustento de suas famílias. Desesperados, decidiram ocupar o pátio”, explica Weller Gonçalves, presidente do Sindicato e militante do PSTU.

“O protesto com ocupação é para chamar a atenção das autoridades, principalmente do governo federal, que tem responsabilidade nessa situação. Estamos diante de uma crise na principal empresa do setor de Defesa do Brasil, com importância estratégica para a soberania nacional. O governo não pode fechar os olhos para isso. Para nós, a solução é estatizar a empresa, cobrança que fazemos ao presidente Lula”, completou Weller.

UM ANO E MEIO DE GREVE E CONTROLE OPERÁRIO

Os cerca de 1.200 trabalhadores da Avibras estão em greve há um ano e meio. Hoje, a fábrica é controlada pelos operários. “Tudo o que entra e sai é com autorização dos trabalhadores. Recentemente, o governo federal encomendou a compra de foguetes. Em assembleia, decidimos a quantidade de trabalhadores que entrariam para a produção. O dinheiro da venda dos foguetes foi revestido para o pagamento de três meses de salários”, finaliza Weller.

GERDAU

Na luta, metalúrgicos conquistam estabilidade no emprego



Em uma luta iniciada em janeiro, e conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em São José dos Campos, os trabalha-

dores da Gerdau conquistaram estabilidade no emprego para cerca de 380 trabalhadores e trabalhadoras da fábrica durante o “layoff” (suspensão temporária do contrato de trabalho). Para quem for afastado, haverá estabilidade por mais três meses, quando do retorno à fábrica. A empresa pretende suspender cerca de 50 contratos por cinco meses, com início em 1º de abril. A estabilidade no emprego será garantida para todos e todas, até o fim de agosto.

De acordo com reportagem publicada em 21 de fevereiro pelo jornal “Valor Econômico”, nos últimos meses a Gerdau já demitiu cerca de mil trabalhadores no Brasil, o equivalente a 5,5% de sua força de trabalho no país. A empresa culpa a concorrência com o mercado chinês e ameaça fazer novos cortes.

A Gerdau também argumenta queda na produção e na lucratividade, em 2023. Houve redução no lucro, mas

não prejuízo. A gigante do aço fechou o ano passado no azul, com lucro líquido de R\$ 7,54 bilhões. Além disso, a siderúrgica ampliou suas receitas nos últimos anos.

Segundo o Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), o lucro líquido da Gerdau passou de R\$ 2,38 bilhões, em 2020, para R\$ 11,47 bilhões, em 2022. Ou seja: a empresa teria condições de manter os postos de trabalho no Brasil.

TOYOTA

Operários de Indaiatuba lutam contra o fechamento da fábrica



No último dia 5, a Toyota anunciou o fechamento da planta da cidade de Indaiatuba, onde, desde 1998, é produzido o Corolla Sedã, modelo que detém 90% das vendas de sedãs médios no país.

“É inadmissível que, em meio ao anúncio de um investimento R\$11 bilhões no país, a empresa feche

uma fábrica na qual seria plenamente possível investir e dar continuidade nas suas operações”, denuncia Frodo, militante do PSTU e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região.

“Não podemos confiar na informação de que os 1.500 empregos serão garantidos com transferência

para Sorocaba, seja por diferenças salariais, seja por gastos que a empresa teria com o deslocamento de tanta gente. Sem falar no incômodo de perder mais algumas horas da vida em uma viagem de uma cidade a outra”, pontuou o dirigente sindical.

LUTA

Foi aprovado pelas trabalhadoras e trabalhadores uma grande campanha pelo não fechamento da planta. A cobrança será feita sobre os governos das três esferas, bem como os parlamentares. E a própria matriz da Toyota, no Japão, será alvo da reivindicação.

“Para nós esse é o caminho. Temos que

organizar a luta de maneira coletiva, envolvendo o sindicato, os cipeiros e toda a peãozada, assim como o conjunto da população, para darmos visibilidade ao problema e termos condições de reverter a decisão. Nós do PSTU e da CSP-Conlutas estamos juntos com a companheirada na linha de frente desse enfrentamento”, finaliza Frodo.

Com este mesmo objetivo, a reunião da coordenação nacional da Central realizada no último final de semana aprovou uma resolução em apoio a luta dos metalúrgicos e contra o fechamento da planta de Indaiatuba.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4A0NVRV](https://bit.ly/4A0NVRV)

HAITI

Gangsterismo, miséria e crise da dominação capitalista

POR OTÁVIO CALEGARI, DE SANTIAGO (CHILE)

Há vários anos, o Haiti tem vivido uma profunda crise econômica, política e social. Agora, esta crise está se aprofundando e pode conduzir o país a um verdadeiro caos.

Antes de compreendermos a situação atual, devemos voltar um pouco ao passado. Em 2022, em resposta à dura realidade que a classe trabalhadora e os pobres viviam, ocorreram enormes manifestações e importantes greves, que eram continuidade de um processo iniciado em 2018.

Naquela época, escrevemos que o Haiti vivia uma verdadeira rebelião popular. Nossos companheiros do Batay Ouvriyé, central sindical haitiana, com forte presença na classe trabalhadora industrial da capital Porto Príncipe, fizeram vários apelos à mobilização

Desde o assassinato do ex-presidente do Haiti, Jovenel Moïse (em julho de 2021), o governo haitiano tem sido chefiado por Ariel Henry, nomeado Primeiro-Ministro, por Moïse, dois dias antes do seu assassinato. No final de 2021, Henry suspendeu as eleições presidenciais e parlamentares que estavam marcadas (o Parlamento já tinha sido dissolvido), mantendo o poder “quase” unipessoal, apoiado pelo verdadeiro poder no país, os Estados Unidos.

INSTABILIDADE E DISPUTAS INTERBURGUESAS

Devido à enorme instabilidade política, tornada ainda mais explosiva pelas manifestações em massa, pelo poder das gangues e pela fragilidade da polícia haitiana, o governo, há meses, tem solicitado uma nova missão da Organização das Nações Unidas (ONU), para “estabilizar” o país.

Devido à decomposição do Estado haitiano e à incapacidade da burguesia haitiana em chegar a acordos para estabelecer o seu domínio no país, multiplicaram-se grupos arma-



Jimmy Chérizier, o “Barbecue”, líder de uma das gangues haitianas.

dos ligados a determinados políticos, partidos e empresários, cada um com os seus próprios interesses e negócios.

Hoje, alguns líderes destas gangues têm mais poder que a Polícia Nacional. Os mais conhecidos e destacados na mídia são Jimmy Chérizier (apelidado de “Barbecue”), ex-policial e atualmente chefe do “G9”, grupo que reúne nove grupos armados e era muito próximo ao ex-presidente Moïse. Outro é Johnson André (apelidado “Izo”), que lidera o grupo “Vilaj de Dye - 5 Segonn”.

Segundo estudiosos do gangsterismo no Haiti, existem outros líderes ainda mais poderosos,

mas menos proeminentes na mídia. Há décadas, esses grupos têm fortes relações com o aparato estatal.

EM MEIO À CRISE E À VIOLÊNCIA, UMA POPULAÇÃO REFÉM E FAMINTA

A crise se agravou nas últimas semanas, com ataques coordenados por várias gangues a instituições públicas e privadas, exigindo a demissão de Henry. Na última quinta-feira (14 de março), a casa do Diretor-Geral da Polícia Nacional do Haiti foi incendiada por um desses grupos.

Motoristas de ônibus denunciam que gangues contro-

blema não é a produção de alimentos; mas, sim, o transporte de mercadorias para as grandes cidades e a sua distribuição.

Nos últimos anos, esta situação caótica já fez com que mais de 360 mil pessoas se deslocassem internamente, em busca de condições de sobrevivência.

GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL MANIPULADO PELO IMPERIALISMO

Há poucos dias, com o agravamento da crise, Ariel Henry anunciou sua demissão. Henry estava em Porto Rico e não pôde retornar ao Haiti. O primeiro-ministro anunciou que renunciaria imediatamente, quando for formado o Conselho de Transição Presidencial (CPT), órgão que pretende assumir o comando do Estado, como governo de unidade nacional entre os diferentes partidos burgueses e organizações empresariais.

A CPT está sendo formada a partir de reuniões realizadas pela Comunidade Caribenha (Caricom), na Jamaica, com a presença de partidos e organizações empresariais haitianos e do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken.

Entretanto, a formação do novo governo ainda não é uma realidade, pois uma profunda crise permanece aberta no Estado haitiano, totalmente incapaz de organizar a dominação burguesa e imperialista no país.



Repressão da Minustah contra haitianos.

UMA NOVA TRAGÉDIA

A possibilidade de uma nova ocupação militar

O imperialismo norte-americano tem tido dificuldades em organizar uma nova missão de ocupação, uma vez que a maioria dos Estados que cumpriram esse papel em 2004 (com o início da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, ou Minustah), hoje, mostram relutância em levar a cabo uma nova invasão.

Há algumas semanas, o Quênia aceitou liderar a nova intervenção militar, que até agora não saiu do papel devido às exigências do governo do país africano, que só quer ocupar o país apenas após a formação da CPT, e à dificuldade dos Estados Unidos liberarem dinheiro para a transferência de tropas do Quênia.

Os governos dos EUA e do Canadá são os principais promoto-

res da nova ocupação e, também, seus principais financiadores. É muito provável que a ocupação comece nas próximas semanas, com a formação da CPT. No entanto, devido à magnitude da crise, também existe a possibilidade de não haver condições para a formação do governo provisório e realizar uma ocupação nos moldes que estão sendo propostos.

ÚNICO INTERESSE DO IMPERIALISMO

Uma nova ocupação significaria um retrocesso para o povo haitiano. Um confronto entre tropas de ocupação e gangues armadas poderia significar um enorme derramamento de sangue, afetando centenas de milhares de famílias. Tam-



Brasil liderou a ocupação do Haiti.

bém é possível que os EUA consigam negociar com algumas destas gangues, fazendo acordos para que mantenham zonas de influência, para permitirem a “governabilidade”.

O objetivo de uma nova ocu-

pação é fazer o mesmo que fez a Minustah. Ou seja, garantir uma certa estabilidade política e econômica para que as empresas estrangeiras continuem a explorar a mão-de-obra barata da classe trabalhadora haitiana e conter o

fluxo migratório do Haiti para outros países, como os EUA, Canadá, República Dominicana, dentre outros.

NADA FOI RESOLVIDO

A ONU ocupou o Haiti durante 13 anos, sob o comando dos EUA, e nenhum dos problemas sociais básicos foi resolvido. Portanto, todas as organizações da classe trabalhadora, em todo o mundo, devem opor-se a uma nova ocupação, que só trará mais sofrimento e miséria ao Haiti.

Por outro lado, a situação atual é insustentável e poderá conduzir a uma guerra civil ou a uma miséria ainda maior para a população. Portanto, é necessário discutir uma saída dos trabalhadores e trabalhadoras para a crise.

SAÍDA

Ruínas da capital Porto Príncipe.

É preciso reagir à barbárie

quais medidas poderiam ser tomadas pelas organizações operárias, populares e camponesas no país, uma vez que as condições de segurança para a realização de reuniões, assembleias ou mobilizações são mínimas. Há alguns meses, houve uma reação popular importante, com linchamentos de membros de gangues. Este é um exemplo importante de reação popular.

Em função da situação atual, qualquer possibilidade de se ter uma solução operária e popular para a crise depende da organização da autodefesa dos setores operários, populares e camponeses, com a formação de milícias populares armadas.

Não há outra forma de enfrentar as gangues, a polícia e uma possível ocupação senão

armando os trabalhadores e trabalhadoras. Não podemos dizer como isso pode ser feito, seja através do confisco de armas que entram pelos portos, de ataques surpresa a gangues, de ataques a delegacias e quartéis de polícia ou por outros meios.

As milícias operárias, populares e camponesas deveriam estar a serviço da organização democrática da classe trabalhadora nas fábricas, nos bairros e no campo. Uma revolução operária, camponesa e popular que varra as gangues e o decadente Estado haitiano é a única maneira de libertar o país da sua crise permanente.

A ÚNICA SAÍDA

Esta revolução deveria repensar toda a organização social e econômica do país, começando

pela nacionalização dos grandes bancos, das companhias telefônicas, das fábricas e das terras dos grandes proprietários.

Uma das prioridades deve ser garantir o abastecimento das cidades, com alimentos produzidos no campo. No Haiti, grande parte da produção agrícola e do abastecimento às cidades é realizada por pequenos empresários. É necessária uma aliança entre este setor e os trabalhadores das grandes cidades.

A burguesia e o imperialismo haitianos provaram ser totalmente incapazes de resolver a enorme crise humanitária que o Haiti atravessa há várias décadas. Somente um governo da classe trabalhadora com o campesinato pobre poderá ditar outro rumo para o Haiti.

nados pela polícia ou por grupos armados. Segundo relatos dos nossos colegas do Batay Ouvriyé, a situação das organizações populares é totalmente defensiva, uma vez que as manifestações populares são frequentemente atacadas por grupos armados.

ORGANIZAR A AUTODEFESA E A LUTA PELA REVOLUÇÃO

É muito difícil opinar sobre

SAIBA MAIS

Tropas da Minustah em sua função

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TRU3ND](https://bit.ly/3TRU3ND)

O que foi a Minustah

Em agosto de 2004, o exército brasileiro participou e liderou uma ocupação colonial no Haiti, sob a cobertura de uma ‘missão de paz’ da ONU. A Minustah, como ficou conhecida, foi uma exigência do imperialismo norte-americano, na época presidido por George W. Bush. Em seu primeiro mandato, Lula atendeu prontamente ao chamado de Bush e aceitou que o Brasil liderasse a ocupação. A Missão durou até 2017 e acumulou um farto cardápio de violações. Em 2005, um ataque na favela Cité Soleil de Porto Príncipe, comandada pelo general Augusto Heleno (vejam só!), deixou centenas de feridos e pelo menos 80 mortos. Em 2011, soldados da Minustah foram acusados de estarem envolvidos em vários casos de estupros e agressão sexual. Em 2010, um surto de cólera matou 10 mil haitianos. Os soldados da Minustah do Sri Lanka introduziram a doença no país.

PALESTINA

Genocídio em Gaza continua e cumplicidade com Israel também

SORAYA MISLEH
DE SÃO PAULO

Todos os horrores de mais de 160 dias de carnificina sionista em Gaza, incluindo massacres diários, ataques a hospitais e a jornalistas, com crianças e idosos morrendo de fome, ainda não mereceram um passo a mais por parte do Brasil diante do reconhecimento de Lula do crime de genocídio perpetrado pelo Estado racista de Israel.

Até o momento, em pouco mais de cinco meses, já são mais de 32 mil palestinos assassinados, sem contar os milhares de desaparecidos sob os escombros. A maioria são mulheres e crianças. Entre estas últimas, que somam mais de 13 mil das vítimas fatais, mais de 25 morreram de fome recentemente. É a nova fase da contínua Nakba – a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista de Israel, em 15 de maio de 1948, mediante limpeza étnica.



Criminosos de guerra declarados: Tarcísio e Caiado se encontram com Netanyahu em Israel.

BASTA DE CUMPLICIDADE

Governo Lula deve romper imediatamente relações com o Estado de Israel

Lula reconheceu o genocídio e precisa ser coerente, o que significa atuar concreta e efetivamente para acabar com a cumplicidade histórica do Brasil. É o que exige o movimento de solidariedade: que o país rompa imediatamente relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado racista de Israel.

Na contramão disso, contudo, a Força Aérea Brasilei-

ra (FAB) anunciou, no último dia 5 de março, a contratação direta, sem licitação, da Israel Aerospace Industries (IAI). O contrato, que pode chegar a R\$ 86 milhões em cinco anos, é para manutenção e fornecimento de peças aos dois drones Heron, fabricados pela IAI e adquiridos pelo Brasil em 2009, durante o segundo governo Lula, para vigilância de fronteira.

Como observa manifesto construído por iniciativa do movimento BDS Brasil – boicote, desinvestimento e sanções –, com a adesão de dezenas de comitês e organizações, dentre as quais o PSTU, “os VANT Heron são desenvolvidos por Israel, em particular para ter uma grande carga útil – até 490kg –, foram usados em todos os ataques a Gaza e estão sendo usados no atual genocídio”.

BOICOTE E SANÇÕES A ISRAEL



Questão de vida ou morte

Além disso, a Elbit Systems, maior empresa de tecnologia militar do Estado sionista, foi classificada como finalista em licitação para compra de 36 blindados de combate obuseiros (para disparos de longo alcance), num valor estimado em quase R\$ 1 bilhão. Como destaca o manifesto chamado pelo BDS, o “Brasil também segue exportando petróleo para Israel, sendo

uma das principais fontes, e literalmente fornecendo combustível para os tanques e ataques genocidas”.

O Brasil, após ofensas e humilhações de Israel, que declarou Lula “persona non grata”, chamou seu embaixador em Tel Aviv de volta para consultas. Não pode, entretanto, haver meias palavras diante de um genocídio, mas também não pode haver meias ações.

TARCÍSIO E CAIADO

Mãos manchadas de sangue



A cumplicidade explícita fica por conta de governadores como os bolsonaristas Tarcísio de Freitas (Republicanos/São Paulo) e Ronaldo Caiado (União Brasil/Goiás), que, neste momento, estão em Israel, numa visita de cinco dias.

Eles querem capitalizar a viagem eleitoralmente, junto à extrema direita e sua base, que levanta bandeiras sionistas. Ambos buscam se cacifar como sucessores de Bolsonaro, que também foi convidado para integrar a comitiva

do genocídio, mas está com passaporte apreendido e não pôde se juntar a ela.

NEGÓCIOS A SERVIÇO DO GENOCÍDIO DO POVO NEGRO E POBRE

Enquanto Tarcísio segue com a chacina no litoral paulista – que, desde dezembro, já deixou mais de 50 mortos, como parte do genocídio contra o povo negro e pobre –, ainda visita empresas sionistas, como a IAI, que garantem os fuzis e blindados para a matança. Esse arsenal da morte deve vir renovado e ampliado na bagagem de Tarcísio.

Em sua agenda também consta uma visita à Mekorot, empresa israelense de saneamento, responsável pelo apartheid da água a que está submetido o povo palestino. Na

busca por privatizar a Sabesp, Tarcísio vai primeiro macular suas águas na cumplicidade com o genocídio.

Caiado é um dos principais porta-vozes dos latifundiários, cujo histórico de ataques a quilombolas e povos indígenas é bem conhecido, assim como não são novidade os acordos com Israel nas áreas de tecnologia e agronegócio. O governador goiano tem se esmerado em difundir a propaganda de guerra contra todo o povo palestino, buscando legitimar as mentirosas narrativas sionistas para justificar o genocídio em curso.

O encontro de ambos com o primeiro-ministro sionista, Benjamin Netanyahu, e o presidente do Estado genocida, Isaac Herzog, é, portanto, o aperto de mãos manchadas de sangue.

CONTRA O GENOCÍDIO

Intensificar a solidariedade por um Palestina livre, do rio ao mar

As armas israelenses, testadas sobre as cobaias humanas na quais Israel converte os palestinos, inclusive agora, no genocídio em Gaza, servem ao genocídio negro e extermínio indígena. Essa denúncia foi ecoada durante ato contra a violência policial de Tarcísio, no último dia 18 de março, em São Paulo. Que estas vozes alcancem o banco dos réus de tribunais internacionais. Na luta contra toda forma de opressão e exploração, segue como tarefa central atuar pela derrota política sionista, aprofundando sua própria crise interna e do imperialismo estadunidense, bem como o isolamento internacional de Israel. Que a resistência heroica e histórica palestina siga a nos inspirar. Pelo fim do genocídio em Gaza e da limpeza étnica na Cisjordânia,

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IKUIXF](https://bit.ly/3IKUIXF)

rumo à Palestina livre do rio ao mar.